

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

KAROLAYNE DA CUNHA GONSALVES

A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE AUTORES DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

Orientadora: Profa. Dra. Rochele Fellini Fachinetto

**Porto Alegre**

**2022**

KAROLAYNE DA CUNHA GONSALVES

A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE AUTORES DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rochele Fellini Fachinetto

Porto Alegre  
2022

KAROLAYNE DA CUNHA GONSALVES

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rochele Fellini Fachinetto

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rochele Fellini Fachinetto  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Melissa de Mattos Pimenta  
(UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raíssa Jeanine Nothaft  
(UFSC)

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me proporcionar um ambiente interdisciplinar e rico em conhecimento. Pelo ensino impecável, professores competentes, pela pesquisa e extensão. Agradeço por toda imaginação sociológica que esse espaço me apresentou, desconstruindo conceitos intrínsecos em mim, a partir do método e teoria.

Aos indivíduos, aos quais, de alguma forma, contribuíram com o financiamento dos meus estudos em uma universidade pública. Em um futuro, desejo que todos tenham a mesma oportunidade de acesso, a partir de uma educação básica igualitária e acessos universitários justos e conscientes.

À minha querida orientadora Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rochele Fellini Fachinetto. Agradeço por tudo que você compartilhou em sala, por me acolher como orientanda e por acreditar em mim, na educação e na pesquisa. Obrigada por me apresentar a pirâmide metodológica, Wright Mills e a Sociologia da Violência. A sua orientação, desde a iniciação científica, contribuiu de forma crucial para a construção do que sou hoje: como pessoa e cientista social.

Aos amigos que a UFRGS me deu: Marina, Milena e Rafa. O trajeto de uma graduação é um processo árduo, angustiante e cheio de ansiedades. Se questionar sobre o caminho certo, se pressionar para dar o seu melhor e muitas vezes desabar, faz parte dessa trajetória. Com a presença de vocês, tudo isso foi mais fácil. Vocês trouxeram alegria, certezas e companheirismo. Agradeço por todo encontro na “vilinha”, por cada happy hour no Dona Neusa e Coruja e por sempre me acolherem na casa (e coração) de vocês.

Aos meus amigos do coração: Alanis, Isadora, Clóvis, Larissa, Luan, Kevim, Fernanda, Eduarda e Bárbara. O laço que nos une é intenso demais. Obrigada por estarem sempre presentes para dizer: “eu avisei”, “estou aqui” e “você não está sozinha”. Sem o abraço, as gargalhadas e apoio, nada disso seria possível.

Às gurias da Ouvidoria do TJRS e a equipe do Observatório da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, pela experiência do estágio e pelas amizades constituídas.

Ao Geremias, meu alicerce. Meu maior crítico e meu melhor amigo. Compartilhar essa parte da minha vida com você foi ter um companheiro de viagem ao meu lado, direcionando um norte e me orientando com a melhor rota. Você é minha grande inspiração.

À minha família, aos quais sempre vibraram pelas minhas conquistas e sempre foram compreensíveis. Essa vitória é para eles também, aos quais no jogo do dia a dia, conseguiram

entender o tempo que a universidade pública demanda e sempre contribuíram para facilitar a minha rotina. É um privilégio tê-los em minha vida.

Aos meus amados pais, Cecília e Eder, aos quais abdicaram de muito pela minha educação e, desde sempre me incentivaram a ser e seguir aquilo que eu acreditava. Eles me deram a melhor estrutura familiar possível, a melhor orientação e educação, me permitiram experienciar o mundo e nunca duvidaram de mim. Eles foram sinceros, amáveis (da nossa forma peculiar de amar) e os melhores pais do mundo. Obrigada!

À Sônia e Jorge: conseguimos. Vocês foram - e são a minha principal fonte de energia. Minha admiração por vocês é incalculável.

*“Eu entendi que o meu avô era como todas as mais belas coisas do mundo juntas numa só. E entendi que fazer-lhe justiça era acreditar que, um dia, alguém poderia reconhecer a sua influência em mim e, talvez, considerar da minha pessoa algo semelhante. Com maior erro ou virtude, eu prometi tentar.”*

Valter Hugo Mãe em “As mais belas coisas do mundo”.

Dedicado a vovó e vovô: eu tentarei.

## RESUMO

As inúmeras faces da violência contra a mulher são um tema relevante e analisado há um tempo pela academia nacional. Os efeitos dos movimentos feministas refletiram em diversas áreas de conhecimento interessadas em compreender o fenômeno entendido como fruto da desigualdade entre homens e mulheres. A configuração dessas pesquisas, atualmente, vem se modificando e, junto com os estudos de gênero e a emergência de novos conceitos, como a noção das masculinidades, observa-se uma nova agenda de pesquisas em desenvolvimento: o tema dos homens autores de violência. O presente trabalho, nesse sentido, buscou construir um banco de dados de teses e dissertações sobre este tema coletados das plataformas de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Os resumos identificados foram sistematizados no programa Excel e analisados no Software NVivo 1.5. Os objetivos se concentraram em compreender quais os caminhos utilizados pelos autores(as) ao pesquisar homens autores de violência, como esses estudos são construídos cientificamente e o perfil desse material. Os resultados confirmam a carência de produções e consegue desenhar um traço das pesquisas, bem como um perfil dos pesquisadores, apontando para a necessidade de se ampliar as análises sobre as relações entre masculinidades e violência.

**Palavras-chave:** Pesquisas com autores de violência; Violência doméstica; Violência de gênero; Violência contra mulher; Homens autores de violência; Masculinidades.

## ABSTRACT

The many faces of violence against women are a relevant topic and analyzed for some time by the national academy. The effects of feminist movements reflected in numerous areas of knowledge interested in understanding the phenomenon understood as the result of inequality between men and women. The configuration of these researches is currently changing and, along with gender studies and the emergence of new concepts, such as the notion of masculinities, a new research agenda is being developed: the theme of male perpetrators of violence. The present work, in this sense, sought to build a database of theses and dissertations on this topic collected from the CAPES Theses and Dissertations platforms and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations. The identified abstracts were systematized in the Excel program and analyzed in the NVivo 1.5 Software. The objectives focused on understanding the paths used by the authors when researching male perpetrators of violence, how these studies are scientifically constructed and the profile of this material. The results confirm the lack of productions and manage to draw a trace of the research, as well as a profile of the researchers, pointing to the need to expand the analyzes on the relationship between masculinities and violence.

**Keywords:** Research with perpetrators of violence; Domestic violence; Gender violence; Male perpetrators of violence; Masculinities.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
1.1. Justificativa	11
1.2. Metodologia, problema e hipótese	12
1.3. Objetivo geral e objetivos específicos	12
<b>2. REVISÃO TEÓRICA: MOVIMENTO FEMINISTA E VIOLÊNCIA NO BRASIL</b>	<b>13</b>
2.1. Sociologia da Violência	13
2.2. Movimento feminista no Brasil e produções acadêmicas	14
2.3. Conceitos de violência	17
<b>3. ESTUDOS DE GÊNERO E MASCULINIDADES</b>	<b>21</b>
3.1. Gênero enquanto dimensão relacional	21
3.2. A interseccionalidade como categoria analítica: gênero, classe e raça	24
3.3. Masculinidades	25
<b>4. PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL: PESQUISAS SOBRE GÊNERO E O ENFOQUE NOS HOMENS</b>	<b>30</b>
4.1. Análise dos Dados no Excel	33
4.2. Análise qualitativa da produção acadêmica sobre homens autores de violência	38
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Atlas da Violência de 2021 apresenta as estatísticas de violência contra a mulher, observando os dados de homicídios no Brasil. Nele é possível visualizar que de 27 federações, 22 tiveram significativa diminuição de casos, o que apresenta uma melhora no cenário no panorama geral. No entanto, ao passo que existe um número menor de casos notificados como feminicídios, por exemplo, existe a elevação de homicídios de mulheres sem classificação, o que coloca em xeque a representação dos dados pautados produzidos pelo Estado. Esses números representam apenas uma face da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres, visto que o ato pode ser perpetrado de inúmeras formas: física, psicológica, moral, patrimonial, etc. Para além da dificuldade em categorizar essas denúncias, há inúmeros casos que tampouco são notificados, como é o caso do estupro, cuja subnotificação é muito alta.

Sob o efeito do pensamento feminista, os estudos brasileiros buscam desde da década de 80 compreender a desigualdade entre homens e mulheres e, sobretudo, as suas consequências nos corpos vitimizados. Os primeiros trabalhos investiram na fase da denúncia nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, buscando acompanhar mulheres vítimas de violência doméstica e traçar os perfis dos envolvidos. Posteriormente os trabalhos avançam para outras etapas do sistema de justiça, como os julgamentos de casos de homicídio de mulheres e o papel do Estado perante o fenômeno. Na área das ciências sociais, os estudos de gênero no Brasil pontuaram nomes importantes e que seguem sendo pilares nesse campo de estudos: Marilena Chauí, Heleieth Saffioti, Maria Filomena Gregori, Mariza Corrêa, Danielle Ardaillon, Guita Grin Debert, Mariza Corrêa, Cecilia Macdowell Santos, Lélia Gonzalez, Wânia Pasinato e entre outras.

Ao elucidar os estudos sobre gênero e violência no Brasil, percebe-se um vácuo de trabalhos concentrados nos autores de violência contra as mulheres. Conforme Connell e Pearse (2015), quiçá, isso pode se justificar pois existe o entendimento que os homens já estão em uma condição privilegiada, nesse sentido, os conhecimentos normalmente se direcionarem às mulheres, justamente com o objetivo de sanar a questão da disparidade visível entre os gêneros. No entanto, o que as próprias autoras apontam, é que para entender essa desigualdade, é necessário se aprofundar no cotidiano dos homens:

Questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimentos de homens, violência entre homens, educação de meninos, saúde dos homens e seu

envolvimento na construção da igualdade de gênero. (CONNELL E PEARSE, 2015, p. 26)

Diferente do que foi narrado pelas autoras, infelizmente os estudos com homens são inferiores se compararmos aos estudos sobre mulheres, carecendo de atenção em certos aspectos. No que tange a homens autores de violência contra mulheres, o estudo aparenta ser cada vez mais pertinente, uma vez que pode dar pistas de políticas mais efetivas e que pensem na mudança não apenas comportamental, mas estrutural do sistema em que esses indivíduos estão inseridos. Para introduzir esta pauta acadêmica, é necessário partir da reflexão do potencial dos trabalhos e, concomitantemente, analisar o que vem sendo produzido nesse campo de estudos atualmente.

Diante do exposto, o presente trabalho buscará examinar as dissertações e teses que versaram sobre homens autores de violência contra mulheres como objeto de análise. Para tal, no primeiro capítulo será realizada uma revisão de conceitos que norteiam a presente produção, situando a sociologia da conflitualidade e a definição conceituosa de violência, normalmente utilizados nos estudos de violência contra mulher. Nessa mesma direção, o segundo capítulo se dedica em explorar gênero e sua perspectiva relacional, interseccional e as masculinidades, traçado pelas autoras Connell e Pearse (2015).

Finalmente, no terceiro capítulo será apresentado o banco de dados de dissertações e teses construído, a partir de uma planilha Excel e da criação de códigos e subcódigos no NVivo. Com a estrutura é possível discutir termos cruciais para contextualização dos materiais encontrados, apresentar os elementos e identificar o perfil das pesquisas e dos autores, bem como indicar problematizações sobre o que há hoje na academia.

### 1.1. Justificativa

A temática da violência contra mulheres tem ocupado uma gama de campos acadêmicos: saúde, políticas públicas, direito, psicologia e etc. Nas ciências sociais existem inúmeras perspectivas em torno do assunto, do macro ao micro e do indivíduo às instituições públicas. Os avanços jurídicos no campo com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, bem como demais marcos relevantes, tal como criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, abriram espaço para novas investigações igualmente. Mesmo com a grande diversidade de pensamento, linhas de estudo, áreas de conhecimento e intelectuais, existem sujeitos no bojo do problema que foram descartados nesse processo de análise e reflexão.

Diante do transcorrido, pretendo dar conta de apresentar um banco de dados de produções acadêmicas que dê luz não apenas ao que vem sendo produzido, mas que inspire uma nova agenda de inquietações e explorações sobre uma questão tão pertinente, como é a violência contra as mulheres e a participação dos homens nesse processo, entendendo-o como um fenômeno relacional. Para atingir tal êxito, é pontuado o problema, o objetivo geral e os específicos abaixo.

## 1.2. Metodologia, problema e hipótese

O problema que norteia o presente trabalho é o questionamento de como tem se configurado a produção acadêmica sobre homens autores de violência contra a mulher no Brasil. A hipótese, nesse sentido, gira em torno da possível escassez de pesquisas com autores de violência doméstica. Para desenvolver os objetivos abaixo, foi realizada uma sistematização de dados dos trabalhos nos softwares Excel e NVivo 1.5. Os dados foram organizados por nome e gênero do(a) autor(a), orientador(a), área de concentração dos trabalhos, local das universidades, bem como, foram elaboradas categorias no NVivo 1.5. com intuito de analisar os objetos, objetivos e métodos utilizados nos trabalhos analisados.

## 1.3. Objetivo geral e objetivos específicos

Para tal, o objetivo é compreender como as dissertações e teses no Brasil buscam abordar homens autores de violência contra mulheres em suas pesquisas e, como objetivos específicos, pontua-se: i) caminhos teóricos e metodológicos dos trabalhos recolhidos; ii) perfil dos pesquisadores e iii) perfil das pesquisas.

## 2. REVISÃO TEÓRICA: MOVIMENTO FEMINISTA E VIOLÊNCIA NO BRASIL

### 2.1. Sociologia da Violência

Ao iniciar os estudos de violência de gênero, no primeiro momento, é necessário estabelecer a noção de violência na sociologia. O conceito envolve uma disputa de significados de diferentes áreas, atravessando todos os tipos de relações: internacionais, privadas, sociais e, inclusive, domésticas. Ainda que exista um campo específico na sociologia para estudos de violência e, ainda, que existam marcos jurídicos consideráveis para o contexto, a violência de gênero ainda é um desafio, o que pode ser identificado pela confusão dos conceitos normalmente existentes em pesquisas científicas, conforme Nothaft (2016) identifica. Nesse sentido, é necessário partir do básico para compreender a imersão que o assunto proporciona.

Segundo Zaluar (2001), tratando-se do campo da violência, os debates ainda são “dispersos”. Entre várias linhas, alguns autores procuram diferenciar a violência do poder, outros já buscam desenvolver outras relações sobre o termo “violência”. Desse modo, conforme discorre a autora, a expressão costumava ser abordada pela perspectiva do conflito ou de modo desorganizado. Nothaft (2016) identifica que as considerações do campo de estudo nem sempre seguem as linhas indicadas, pois tendem a situar-se entre os registros de atores e do próprio sistema. Com isso, passa a discorrer sobre a Sociologia da Conflitualidade, teoria que dá atenção à possibilidade da sociabilidade estar orientada sob a própria violência. Para o autor José Vicente Tavares dos Santos, teórico dos estudos da conflitualidade, a violência seria:

[...] a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou da coerção. A violência seria relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro - pessoa, classe, gênero ou raça, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 46)

Na linha de estudos da conflitualidade, percebe-se efeito foucaultiano, uma vez que a teoria se aproxima da ideia de microfísica do poder, abandonando a concepção soberana do poder e da violência, antes comum nos estudos sobre violência na área da sociologia (NOTHAFT, 2016). Desse modo, a partir da perspectiva pós-estruturalista, se reconhece que a violência envolve questões econômicas e políticas, mas que essas variáveis não são suficientes para compreender o fenômeno.

Ao assimilar que os conceitos e fenômenos são constituídos e reconstituídos historicamente, a própria violência, como o gênero, são categorias analíticas e que tem alterado o seu perfil e seu modo de análise ao decorrer do tempo. Marcos sociais, políticos e jurídicos corroboram para essas alterações, sendo fundamental a teoria acompanhar essas mudanças. Conforme discorre Tavares dos Santos, Teixeira e Russo (2011), a perspectiva das conflitualidades deve ser situada no contexto de processo de mundialização da sociedade e da economia e, no que tange às formas de violência, serve para manifestar as faces e alterações do crime, a crise das instituições e a emergência de lutas sociais e reivindicações. Diante disso, as questões que orientam a sociologia da conflitualidade seriam:

Algumas questões orientam a pesquisa sociológica das conflitualidades: quais as formas de violências que predominam na sociedade contemporânea no século XXI? Quais as origens sociais, econômicas e políticas das violências? Qual a relação entre a juventude e a violência? Como se conforma a crise do sistema de Justiça Penal? Quais os efeitos dos meios de comunicação na disseminação das violências? Quais as experiências inovadoras e as lutas sociais pela cidadania? Qual a matriz disciplinar dos estudos sociológicos sobre as conflitualidades? (TAVARES, TEIXEIRA E RUSSO, 2011).

Essas questões, em geral, ainda se mostram pertinentes e necessárias para o contexto de violência que o Brasil está inserido. Para além disso, a partir da abordagem que o presente trabalho se propõe, o olhar diante da sociologia da conflitualidade dá pistas para auxiliar na construção dos estudos de gênero e da violência de gênero.

## 2.2. Movimento feminista no Brasil e produções acadêmicas

No período de redemocratização do país, na década de 80, o movimento feminista intensificou a luta pela visibilidade da violência contra as mulheres, concentrando-se, sobretudo, nas agressões no âmbito doméstico e nas relações familiares. Esse período, para além da progressão nos debates feministas e sobre gênero, marcou uma agenda acadêmica de pesquisas sobre a temática, gerando uma onda científica de trabalhos relacionados às mulheres. Quatro momentos refletem a implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo respectivamente: a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's) em 1985, a instauração dos Juizados Especiais Criminais em 1995 e, finalmente, a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. Recentemente, um

marco importante foi firmado com a consolidação da tipificação criminal do Femicídio, em 2015.

No entanto, a Lei Maria da Penha se destaca nesse processo, pois indica uma transição de indiferença total do Estado ao reconhecimento da desigualdade entre homens e mulheres. A referida legislação representa um avanço na sua própria forma, visto que não se limita ao caráter punitivista, mas prevê políticas de prevenção e proteção, para mulheres condicionadas em situação de violência.

Para além das importantes intervenções efetivas legais, o do movimento feminista refletiu na produção de pesquisas acadêmicas. Os primeiros trabalhos sobre gênero e violência no Brasil tiveram como ponto de partida a dinâmica das delegacias da mulher, os processos de institucionalização de políticas e o próprio fenômeno da violência contra as mulheres, bem como desigualdade denunciada pelo movimento feminista.

As abordagens sobre a violência contra a mulher no Brasil podem ser sistematizadas em três eixos: o da dominação masculina (Marilena Chauí), da dominação patriarcal (Heleieth Saffioti) e a abordagem relacional (Maria Filomena Gregori) (SANTOS E IZUMINO, 2005). A primeira linha de pensamento pautada no artigo de Santos e Izumino (2005), é dos estudos que utilizam a noção de dominação masculina para explicar o fenômeno da violência, em que identifica-se a mulher como totalmente passiva à conjuntura de violência. Quem marcou esse campo foi Chauí, na década de 80, com o artigo “Participando do debate sobre mulher e violência”, em que a dominação masculina é concebida a partir da produção e reprodução, por parte dos homens e das mulheres. Para a pesquisadora, este tipo de violência, é uma ação que transforma as desigualdades pré-existentes, reforçando a dominação e a opressão contra as mulheres.

Heleieth Saffioti foi responsável por se destacar no pensamento marxista sobre violência contra mulheres, configurando a ideia de dominação e exploração para explicar as agressões praticadas pelos homens:

[...] o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situação essencialmente nos campos políticos e ideológicos, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico [...] (SAFFIOTI, 2001, p. 50)

A partir da perspectiva do patriarcado, Saffioti entende que apenas o homem é responsável pelo ato violento, visto que estão adestrados ao exercício da função patriarcal, uma

vez que assentiram ou, no mínimo, são tolerados pela sociedade. O papel da mulher nessa configuração é passivo, limitado a sofrer os efeitos do sistema patriarcal, majoritariamente condicionado pelo poder masculino (SAFFIOTI, 2001, p 119).

No que tange à corrente relacional, a principal referência é a pesquisadora Maria Filomena Gregori, com sua crítica às dualidades da culpabilização dos homens e a vitimização das mulheres. Diferente de Saffioti, para Gregori (1993), a violência vigente nos relacionamentos, não se trata de uma luta de poder, mas sim, de um jogo “relacional”. Nesse contexto, as mulheres não são parte submissa de um sistema, pelo contrário, elas têm papel autônomo e de protagonismo. Nesse cenário, são as mulheres que ajudam a reproduzir os papéis de gênero e que têm o controle da situação: elas que registram as denúncias, manipulam com ameaças e retiram a queixa no momento que lhe for conveniente. Embora, cabe frisar, a autora faz questão de salientar que “é o corpo de mulher que sofre os maiores danos” no contexto de violência (GREGORI, 1993, p. 184), mesmo que o controle da situação esteja em suas mãos. Para facilitar a compreensão, cita-se o quadro abaixo:

**QUADRO I - ABORDAGENS TEÓRICAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL**

<b>ABORDAGEM</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
DOMINAÇÃO MASCULINA	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Violência contra mulheres representa a dominação dos homens sobre as mulheres;</li> <li>● Mulheres submissas e sem autonomia;</li> <li>● Desigualdades hierárquicas: dominar, explorar e oprimir;</li> <li>● “Cúmplices”: mulheres contribuem para a reprodução da violência e de sua “dependência”, pois são “instrumentos” de dominação masculina.</li> </ul>
PATRIARCAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Perspectiva marxista;</li> <li>● Violência contra mulheres é uma expressão do patriarcado;</li> <li>● Mulheres autônomas, mas historicamente vítimas pelo controle social masculino;</li> <li>● O patriarcado: sistema de dominação, ideologia machista e exploração.</li> </ul>



RELACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relativiza a dominação masculina e a vitimização feminina;</li> <li>● Visualiza a violência contra mulher como um tipo de comunicação e a mulher como cúmplice desse “jogo”;</li> <li>● A violência conjugal trata-se mais de um jogo relacional do que de uma luta de poder;</li> <li>● A mulher como protagonista: é a protagonista nas cenas de violência conjugal e se representa como “vítima” e “não-sujeito” quando denuncia, através de queixas;</li> <li>● Compreender os contextos nos quais a violência ocorre e o significado que ela assume.</li> </ul>
------------	---

Fonte: CARVALHO E GONSALVES, 2020.

Inúmeras questões acadêmicas foram pautadas sobre o tema de violência contra mulheres a partir do reflexo dessas linhas de pensamento. Contudo, existe uma aparente confusão teórica que sane a imprecisão terminológica normalmente ocorrida, levando os termos “violência conjugal”, “violência doméstica”, “violência contra mulheres” e “violência familiar” carregarem o mesmo sentido.

### 2.3. Conceitos de violência

Para proporcionar a imersão das concepções utilizadas nas pesquisas que serão apresentadas no capítulo 4, busco revisar os significados dos termos normalmente utilizados, a fim de não causar o uso indevido e alterar o significado entre eles. O problema existente, me parece ser na utilização sem distinção, normalmente praticada, gerando confusão ao interlocutor. A importância de definir as limitações de cada palavra se dá, conforme salienta Marques (2007), na especificidade que cada conceito oferece aos atores e aos tipos de relacionamentos. Corroborando com o argumento, a relevância de delimitar os termos se dá:

Trata-se de saber o que significa o emprego de cada uma dessas noções, sua rentabilidade em termos analíticos, bem como as limitações e os paradoxos que elas apresentam. De um lado, há um esforço de pensar como essas noções estão sendo usadas – e por quais atores [...] (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 167)

E, ainda:

É, portanto, importante ampliar o escopo da reflexão sobre o que se quer ou o que se entende a respeito da erradicação da violência familiar, da violência contra a mulher, da violência doméstica ou ainda da violência de gênero. Pois, se é verdade que negociar desse modo implica lutar pelo que consideram ser os seus direitos, as mulheres

atendidas podem ainda atuar ou operar com noções de direito distantes do modelo de cidadania. (DEBERT e GREGORI, 2008, p. 170)

Nesse sentido, ainda sob a orientação de Marques (2007), a “violência conjugal” é o tipo de violência entre cônjuges, nas relações de casamento formal, informal ou de namoro (2007, p. 40). Ainda, Aguiar (2009) acredita que a violência conjugal exerce a função ativa para configurar e perpetuação de desigualdade em relacionamentos, em que a desigualdade gera a violência e a violência, conseqüentemente, mantém esta desigualdade entre os pares. Baseado no pensamento patriarcal, Aguiar crê na relevância das variáveis como classe social e raça para compreender a violência entre cônjuges.

No que tange a violência doméstica e familiar, é necessário traçar a diferença entre as duas categorias, conforme salienta Heleieth Saffioti (2001). Para ela, a violência familiar se limita aos indivíduos do núcleo ou a extensão da família e fixa-se no território físico da residência. Em contrapartida, a violência doméstica contemplaria vítimas não consanguíneas ou sem relação direta, como empregadas domésticas, por exemplo. A descrição efetuada é a mesma compreendida pela Lei Maria da Penha, conforme é possível verificar nos arts. 5º e 7º da respectiva<sup>1</sup>. O termo “violência contra mulheres” foi resultado perspectiva patriarcal, em

---

<sup>1</sup>Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

sintonia com contribuições do movimento feminista internacional (GREGORI, DEBERT, 2008). Finalmente, “violência de gênero” é uma terminologia mais recente que cresceu com os próprios estudos de gênero, que buscou nos estudos com referência a justiça, se alinhar a crítica da vitimização, que entendia a mulher como passiva da dominação (GREGORI, DEBERT, 2008). Para Saffioti, a violência de gênero é “[...] o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos” (2001, p.115), no entanto, para Nothaft (2016), cabe ponderar sobre o pensamento da autora Saffioti, no que toca às definições sobre de violência de gênero, visto que:

O conceito patriarcal, em si, não é o problema, mas a forma como ele é utilizado parece restringir o olhar sobre a violência de gênero. Pois volta-se, com ele, para a relação “homem-mulher”, sem ressaltar as práticas regulatórias, constantemente rearticuladas, que permitem que alguns sujeitos sejam reconhecidos enquanto merecedores de direitos e outros não [...] trabalhar com as violências de gênero de forma fragmentada enfraquece a potencialidade de intervenção. (NOTHAFT, 2016, p. 37)

Ainda, do mesmo modo apontado por Nothaft (2016), é importante manifestar a colaboração de Pozo (2013) sobre o assunto, no que tange ao entendimento de gênero no contexto da Lei Maria da Penha:

Pretende reformas profundas nas relações tradicionais de gênero de nossa sociedade; ao restringir sua intervenção aos espaços domésticos e familiares, ela “despreza” sua maior conquista - a inclusão do gênero como categoria causa da violência - e embaralha as noções/conceitos em torno da categoria “violência contra a mulher”. A Lei que objetiva combater a violência de gênero, na realidade, combate uma parcela dela, a violência contra a mulher no mundo da intimidade. (PAZO, 2013, p. 213).

A ideia sobre a violência de gênero se destaca, sobretudo, pois enfatiza uma noção mais ampla, que não se restringe ao espaço doméstico e, tampouco, às vítimas mulheres. Conforme verificamos acima, o que as autoras apontam é o quanto essa confusão entre os termos pode ser prejudicial, visto que em alguma medida, faz com que a violência contra a mulher ou a violência de gênero seja sempre entendida como uma violência na esfera doméstica contra uma mulher cis e heterossexual, sem considerar que as formas de violência de gênero não se restringem ao espaço doméstico e não apenas com mulheres cis e héteros.

É crucial alinhar essas perspectivas sobre o conceito “violência de gênero”, visto que busco realizar um levantamento sobre as produções realizadas sobre homens autores de violência, sob o incentivo de dar maior visibilidade a essas realidades. Nesse sentido, conforme Nothaft (2016) identifica em sua dissertação, existe o uso ambíguo quanto aos termos nas

pesquisas acadêmicas. A autora observou que os autores normalmente usam noções diferentes de violência para definir o mesmo objeto ou, até mesmo, confundem sentidos e funções. Para além disso, o entendimento da violência de gênero sempre associando a mulher como vítima, reflete no próprio entendimento da Lei Maria da Penha. Para a autora, a lei:

[...] nomeia a violência contra a mulher como a violência de gênero, ela reduz o seu alcance, vez que somente abarca engendramentos de relações de intimidade, excluindo situações de assédio fora do ambiente doméstico, casos de LGBTfobia.” (NOTHAFT, 2016, 37-38).

Diante dos conceitos de violência exibidos, é urgente discutir sobre o conceito de gênero, sobretudo, a perspectiva de gênero que o presente trabalho assume ao analisar os dados encontrados.

### 3. ESTUDOS DE GÊNERO E MASCULINIDADES

Conforme bem pontua Fachinetto (2012) o campo de estudos de gênero não é um campo consensual e fixo. Existem inúmeros significados, abordagens e focos. Os estudos de gênero são dinâmicos e tiveram influências que marcaram seu processo de construção ao longo do tempo. É importante pontuar o conceito nesta pesquisa, tendo em vista que o mesmo almeja abordar um lado normalmente esquecido no campo acadêmico e que contempla a formulação relacional do termo “gênero”: a inclusão dos homens nos estudos e reflexões.

Nesse sentido, a partir das reflexões constituídas na tese, Fachinetto (2012) reconhece três momentos importantes para o debate. O primeiro momento situa-se em 1949 com a publicação do livro *O Segundo Sexo* da autora francesa Simone Beauvoir, que se estende até a década de 70 com o movimento feminista. Esse período se caracteriza pelos conteúdos dedicados às mulheres: a construção do “ser mulher”, opressões vivenciadas, desigualdades entre homens e mulheres, questionamentos sobre os funcionamentos da sociedade, direto ao trabalho e ao voto e de demais demandas correlatas. O efeito do pensamento feminista mundial reflete no Brasil, seja nos movimentos sociais, como nas produções acadêmicas, conforme retratado no capítulo anterior.

O segundo momento gira em torno da década de 70 e 80, com autora Joan Scott e o artigo intitulado “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” traduzido e publicado em 1995 no Brasil<sup>2</sup>. Os estudos antes dedicados exclusivamente às mulheres, passam a empregar o termo “gênero”, incorporando uma dimensão relacional, supondo uma relação entre os homens e as mulheres. Finalmente, o terceiro momento surge com a linha pós-estruturalista do campo, com pesquisadoras como Judith Butler que problematiza gênero enquanto um sistema produzido dentro de uma ideologia de heteronormatividade hegemônica (FACHINETTO, 2012, p. 89).

#### 3.1. Gênero enquanto dimensão relacional

Conforme expressa Fachinetto (2012), os conceitos têm contexto, história, são produtos de um espaço e tempo. Nessa direção, tendo em conta que o objeto de análise do presente levantamento buscar captar justamente as pesquisas realizadas com homens autores de

---

<sup>2</sup> A versão original foi publicada em 1986 no volume 91 da *American Historical Review* com o título "Gender: a useful category of historical analysis".

violência contra as mulheres, entende-se que a melhor perspectiva de gênero para esta abordagem deve partir de um olhar relacional, com a finalidade lançar luz às questões vigentes no cotidiano desses indivíduos.

Em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” a autora inicia fazendo uma revisão no conceito, transpassando por diversas áreas de conhecimento, bem como linhas teóricas, como a marxista, a pós estruturalista francesa e teorias anglo americanas. Após a vasta revisão dessas abordagens, Joan Scott dá início a sua definição de gênero, partindo da rejeição ao determinismo biológico normalmente utilizado para explicar a disparidade entre determinados indivíduos. O objetivo da autora, como narra no texto é:

[...] compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.” (SCOTT, 1995, p. 72).

É fundamental aprofundar-se na temática tendo em vista que as produções realizadas até ali não tinham um poder analítico suficiente para questionar e mudar os paradigmas históricos. Ainda, para Scott (1995), era necessário conceber a "realidade social" em termos de gênero, para proporcionar a viabilidade de mudança efetiva socialmente e fugir da monotonia binária.

Para a autora, as desigualdades estão condicionadas a algo maior, como os universos socioculturais, determinados por leis, regras e simbologias. A principal influência da historiadora norte-americana no período, fora Michel Foucault, com a finalidade de compreender gênero sob a luz das relações de poder:

É preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em “campos de forças” sociais. No interior desses processos e estruturas, há espaço para um conceito de agência humana concebida como a tentativa (pelo menos parcialmente racional) para construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade estabelecida dentro de certos limites e dotada de uma linguagem [...] (SCOTT, 1995, p. 86)

A autora entende que, dentro dos processos e estruturas sociais, existe um espaço de agência humana, em que se constroem as identidades, os relacionamentos, a linguagem e, por fim, a própria vida. Neste curso, a ideia binária de gênero, baseada no sexo do indivíduo, seria desenvolvida e reproduzida, por meio da inserção cultural, da educação e da imposição de

normas. A contribuição foucaultiana ocorre, sobretudo, pois Scott entende gênero como uma forma primária às relações de poder, conforme indica:

[...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. (SCOTT, 1995, p. 88)

Para Scott, o gênero nasce a partir de quatro elementos inter-relacionados: i) Os símbolos culturais, as representações simbólicas que corroboram o desenho de uma ideia de homem e mulher. Como exemplo na tradição cristã ocidental de símbolo da mulher, a autora cita Maria: a ideia da maternidade, delicadeza e carinho. ii) Conceitos normativos que expressam os significados desses símbolos. Esses conceitos estão presentes nas doutrinas religiosas, na educação, na ciência e na política: basicamente tudo que parte de uma visão binária ou fixa do tipo homem e mulher, masculino e feminino (SCOTT, 1995, p. 86). iii) Concepção política, das instituições e da organização social: para a autora, embora o gênero seja constituído através do parentesco, não é limitado ao mesmo. Essa reprodução ocorre dentro do mercado de trabalho, da educação e do sistema político e, conforme afirma, essa configuração opera de forma ampla e independentemente do parentesco (SCOTT, 1995, p. 87). iv) A identidade subjetiva: a autora incentiva uma visão histórica, buscando relação nas atividades, organizações e representações sociais (SCOTT, 1995, p. 88).

Compreender os processos estruturais do desenvolvimento e reprodução do conceito é um caminho viável para entender como se dá a violência de gênero e, com isso, buscar alternativas para solucionar o problema. Desse modo, conforme levantado por Scott, além do vínculo familiar, as organizações e instituições têm um papel fundamental nessa conjuntura. Corroboram para perpetuar a ideia de gênero baseada no sexo, na reprodução desse consenso a partir da economia, política e educação.

O conceito de gênero foi fundamental nos estudos sobre violência porque foi incisivo na crítica à vitimização das mulheres (DEBERT E GREGORI, 2008). Por outro lado, essa preocupação com a dimensão relacional é fundamental neste trabalho pois é ela que permite que se atente também para os significados das masculinidades e a importância dos estudos sobre os homens agressores.

### 3.2. A interseccionalidade como categoria analítica: gênero, classe e raça

A partir de uma definição estabelecida de gênero, é importante alinhar outras questões que se colocaram pertinentes e que, igualmente, contribuem no entendimento da complexidade do fenômeno da violência. Dessa forma, debater classe e raça nessa conjuntura é essencial, uma vez que tais aspectos demonstram-se pertinentes nas estatísticas e devem ser levados em consideração em análises de violência doméstica e de gênero no Brasil.

Quando refletimos sobre violência de gênero, analisar como “raça” articula nesse espaço não é só relevante como necessário, tendo em vista que a taxa atual de homicídios de mulheres não negras é de 2,5, sendo de mulheres negras de 4,1%, segundo o Atlas da Violência de 2021. Basicamente, conforme o relatório indica, o risco de uma mulher negra se tornar vítima de homicídio é 1,7 maior do que uma mulher não negra (IPEA, 2021). Com os dados apresentados, sugere-se o uso da noção de interseccionalidade, desenvolvido pela Kimberlé Crenshaw em 1991. A teoria nos leva a considerar os marcadores sociais, tais como classe, gênero e raça para compreendermos as dinâmicas sociais.

Partindo da ideia de que todas as mulheres estão sujeitas a discriminação de gênero, Crenshaw corrobora, ainda, afirmando que as identidades sociais se relacionam. Dessa forma, a depender da classe, raça, etnia, cor, religião, origem, orientação sexual e etc, a discriminação difere de mulher para mulher (CRENSHAW, 2002, p. 173). Para a autora, levar em consideração esses marcadores garante que todas as mulheres sejam beneficiadas pelas políticas baseadas em gênero. Ou seja, analisar gênero como categoria analítica de forma isolada é arriscado, já que não contemplaria a realidade de muitas mulheres. Sugere-se, dessa forma, visualizar como gênero intersecta-se com as identidades sociais (CRENSHAW, 2002, p. 174).

Para Kimberlé Crenshaw é difícil identificar a discriminação interseccional, principalmente em contextos de forças econômicas, culturais e sociais configurando como pano de fundo. Dessa forma, o debate travado pela autora visa apontar as consequências estruturais e dinâmicas de interação entre os eixos da subordinação. Trata, de forma específica, por qual meio o racismo, patriarcalismo e opressão de classe e demais discriminações criam desigualdades que estruturam certas posições: como as das mulheres, classe e raça (CRENSHAW, 2002, p. 177). Com isso, indica uma análise que considere essas identidades e marcadores sociais, possibilitando uma política mais efetiva e, conseqüentemente, mais proteção para as mulheres vulneráveis.



“Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes.” (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Partindo de uma ideia de gênero relacional, podemos somar o debate traçado por Crenshaw para inspirar trabalhos com homens inseridos na condição de autores de violência contra mulheres. Igualmente, é importante examinar os marcadores sociais desses homens, com a finalidade de não correr o risco de uma visão de gênero limitada e excludente. Essa ausência não ocorre apenas no meio científico, mas nas invisibilidades das políticas públicas para combate a violência doméstica, nos relatórios de órgãos públicos, nas produções acadêmicas e na demanda que o fenômeno exige, esses marcadores, muitas vezes, não são considerados.

### 3.3. Masculinidades

Os trabalhos sobre masculinidades surgem com o debate de gênero e a urgência que o tema representa atualmente. Buscam dar visibilidade à construção do “homem” como sujeito, identificar pontos viáveis para investigação da violência de gênero e explorar novos campos que o conceito permite. Conforme discorre Connell e Pearse, a relevância dos estudos sobre homens é devido:

As pesquisas modernas sobre esse tema foram disparadas a partir do movimento de mulheres por igualdade de gênero. Há uma razão simples para tal: a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens às mulheres [...] questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimento de homens, violência entre homens, educação dos meninos, saúde dos homens e seu envolvimento na construção da igualdade de gênero. (CONNELL e PEARSE, 2015)

Ao que se refere ao campo dos estudos sobre masculinidades contemporâneas, as análises feministas já haviam manifestado que os discursos acadêmicos eram sobre os “estudos dos homens”, ou seja, construída por homens e que priorizava os homens, sem qualquer perspectiva de gênero envolvida. Quando a categoria “gênero” foi inicialmente introduzida nas pesquisas, o termo era normalmente associado às “mulheres”, nesse sentido, o uso não era mobilizado. Em 1970 com a crítica feminista essa noção se altera, sobretudo com a inserção das mulheres na esfera acadêmica e com a abertura de um nicho de pesquisas sobre as relações de gênero, práticas sociais associadas aos homens e modelos de masculinidades (CONNELL, 2016, p. 159).

No livro “Gênero em termos reais” da autora Raewyn Connell de 2016 a autora discorre sobre algumas contribuições que mobilizaram a situação sobre os homens nas relações de gênero, como o livro publicado “Der Mann: Die Brigitte-Studie” das pesquisadoras alemãs Sigrid Metz-Göckel e Ursula Müller de 1985. Nesse mesmo período, segundo a autora, existia uma linha estreita de estudos na metrópole global, que se concentrava de modo superficial no cunho sócio-psicológico sobre o “papel masculino” e a “libertação dos homens”. Também houve produções no campo da psicanálise sobre o caráter dos homens adultos com *The Authoritarian Personality*, obra de Theodor W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford, que se dedica a abordagem crítica da masculinidade heterossexual. A década foi igualmente marcada pela literatura etnográfica, fruto da antropologia em sociedades não-ocidentais e estudos socialistas-feministas (CONNEL, 2016, p. 160).

Além dos reflexos dos movimentos sociais, a conjuntura da política internacional influenciou nos estudos com a discussão sobre “masculinidades e globalização”:

Esse projeto envolveu a aceitação da proliferação global da pesquisa sobre masculinidade e a exploração de sua relevância para as políticas públicas. Com a ajuda de um conceito de globalização, poderia se começar a ordenar a torrente de informações, recém-chegadas, sobre as vidas dos homens e os dilemas da masculinidade em diversas partes do mundo. Em particular, isso gerou uma maneira de falar sobre as mudanças nas vidas dos homens: seja nas discussões na América Latina sobre o impacto da reestruturação neoliberal dos modelos tradicionais de paternidade patriarcal, seja nas discussões no Oriente Médio quanto à turbulência cultural sobre a masculinidade ser um resultado influência cultural do Ocidente, da dominação econômica e das resistências locais. Certamente. A ideia de “globalização” em boa parte desta discussão era muito simplificada, mas pelo menos ela fornecia um quadro de referência amplamente conhecido (CONNELL 2006, p. 165).

O contexto latino-americano, segundo Connell (2016), passou a chamar a atenção do feminismo a partir das conferências na Década da Mulher da ONU, ocorrido entre 1976 e 1985, pois foi quando a metrópole global identificou que diversos países não compartilhavam da sua visão de mundo. Essa experiência reorientou o feminismo ocidental a reconhecer as multiplicidades epistêmicas e identificar que o conceito “gênero” e o feminismo não partilham um significado universal. A autora cita algumas obras importantes que marcaram a discussão sobre masculinidades no sul global, como *Things Fall Apart* (O Mundo se Despedaça) de Chinua Achebe (1958), *Laberinto de la Soledad* (Labirinto da Solidão) do autor Octavio Paz (1950), *Peau noire, masques blancs* (Pele negra, máscaras brancas) do escritor Frantz Fanon, também da década de 50. Além do campo da sociologia e da psicologia se destacarem na

produção local, o que a diferencia da metrópole global é justamente a análise do colonialismo normalmente concentrada nas obras. A justificativa da autora para tal é:

O colonialismo tende a exagerar as hierarquias de gênero e a produzir masculinidades simplificadas e direcionadas pelo poder entre os colonizadores [...] uma literatura de periferia global, compartilhando os temas da pesquisa da masculinidade desenvolvidos na metrópole global, mas que também tem preocupações distintas - especialmente o processo e os efeitos da colonização, as consequências das hierarquias raciais, e os correlatos culturais e psicológicos da dependência econômica (CONNELL, 2016, p. 172).

Diante do discorrido, embora inicial os homens fossem tratados como pano de fundo dos trabalhos de gênero, após um longo percurso sob a margem do discurso, é possível observar o crescimento da pesquisa sobre práticas de gênero dos homens e masculinidades. Conforme aponta Connell (2016) periódicos acadêmicos foram criados, conferências e a elevação da literatura internacional. Essa preocupação não está concentrada apenas na metrópole, é verificada no mundo todo com esforços de pesquisa.

No caso do Brasil, o feminismo passa a ter influência nos anos 70, incluindo um relacionamento entre militantes e pesquisadoras. Na década de 80 inicia-se a reflexão sobre a substituição do termo mulher pelo termo “gênero”, sendo uma categoria útil de análise. Essa gradativa alteração abriu caminho para os homens passarem a serem incluídos na categoria de análise. Os primeiros estudos no país tinham o objetivo de compreender as experiências masculinas com a sexualidade dos homens, reflexões sobre as práticas de gênero e o próprio conceito de masculinidades passou a ser mobilizado nas ciências sociais e nas demais áreas. O campo da violência também explora o conteúdo com o tráfico de drogas ilícitas, onde buscar entender os valores tradicionais e os aspectos da juventude (PAMPLONA E BARROS, 2021, p. 3).

No escopo das masculinidades nos estudos da violência é com Alba Zaluar em 1994, com o livro “Condomínio do diabo”, que inaugurado o campo de pesquisa (PAMPLONA E BARROS, 2021, p. 3). Autores como Diogo Lyra (2013) e Fátima Cecchetto (2004) também são fundamentais para a inserção do conceito na área de estudos nas ciências sociais. No artigo das pesquisadoras Roberta Pamplona e Betina Barros “As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos” de 2021, as autoras realizam um levantamento sobre as produções do tema no Brasil, com o recorte final de busca em 2 de março de 2020.

A revisão da produção bibliográfica se limita exclusivamente aos artigos científicos disponíveis no banco de dados SciELO e com a palavra-chave “masculinidades”. Os filtros utilizados pelas autoras na plataforma foram: “ciências humanas”, “artigos” e “português” (PAMPLONA E BARROS, 2021, p. 4). As autoras localizaram 160 artigos em que 25 deles estavam categorizados da área da sociologia, ou seja, 15% das produções concentram-se na área da sociologia e, dentro dessa porcentagem, 5,6% são contribuições dedicadas ao campo da violência.

O protagonismo das masculinidades como material de pesquisa predomina-se na Saúde Coletiva com 34,4%, área que ocorre o interesse na noção dessa categoria analítica na realidade dos homens com HIV, o relacionamento com os seus corpos, saúde de homens homossexuais e demais assuntos correlatos. Embora os estudos de masculinidades tenham ganhado espaço, a sociologia é a apenas a terceira disciplina que mais produz material sobre o conteúdo, representando apenas 15% das produções referentes ao tema (PAMPLONA e BARROS, 2021, p. 6). Outros campos de estudos identificados pelas pesquisadoras são da educação e da literatura/linguística. No que se refere a densidade de trabalhos por ano, embora os estudos de gênero iniciem na década de 80, conforme mapeamento pelas autoras, o início da produção científica sobre a masculinidade só se dá nos anos 90. Outro achado interessante no artigo são as principais referências que os trabalhos têm mobilizado: Raewyn Connell, Miguel Vale de Almeida, James W. Messerschmidt, Fátima Cecchetto, Michael Kimmel, Daniel Welzer-Lang e Joan Scott (PAMPLONA E BARROS, 2016, p. 13). Finalmente, um achado relevante são os conceitos de masculinidades utilizados, sendo respectivamente: i) a masculinidade como uma construção social alocada dentro das relações de gênero, ii) processos e interações sociais para analisar as masculinidades e os indicadores dos respectivos, iii) a relação entre masculinidades e o plano macro de construção das relações de gênero e iv) o uso de teorias de micro ou médio alcance sobre as masculinidades.

Diante da contextualização desenvolvida sobre as masculinidades, no âmbito geral e local, visualizamos que o seu potencial para o campo de estudos de gênero e como ele vem tomando forma academicamente. É fundamental dedicar atenção especial para os processos de construção do ser “homem” conforme Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) frisam em “Gênero: uma perspectiva global”:

“Ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornarse, é uma condição ativamente em construção [...] o princípio também é

verdadeiro para os homens: ninguém nasce masculino, é preciso tornar-se um homem.”  
(CONNELL e PEARSE, 2015)

Finalmente, com a apresentação de um olhar sobre o gênero relacional, a importância da interseccionalidade para a análise da violência e uma breve contextualização sobre os estudos das masculinidades, o presente trabalho procura contribuir para reflexão sobre a produção com homens autores de violência e mostrar a emergência de uma agenda de pesquisas.

#### **4. PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL: PESQUISAS SOBRE GÊNERO E O ENFOQUE NOS HOMENS**

Sob o pano de fundo de conceber uma nova agenda de pesquisas sobre homens autores de violência contra mulheres e investigar o que vem sendo produzido academicamente, realizei o levantamento de dissertações e teses brasileiras a respeito do assunto. Para tal, foram utilizadas duas plataformas de investigação, o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses, com a finalidade contemplar os trabalhos acadêmicos disponibilizados no meio digital. Em ambos os bancos foram utilizadas as seguintes palavras-chaves: “homens agressores”, “homens autores de violência doméstica”, “autores de violência doméstica” e “homens autores de violência”. Outras palavras chaves foram cogitadas, como “grupos reflexivos de gênero” e “homens em violência conjugal”, no entanto, tendo em vista o baixo número de trabalhos encontrados, não foram contabilizados no levantamento.

O número bruto de trabalhos coletados, entre dissertações e teses, foi de 220 estudos. Após a exclusão de trabalhos duplicados o número baixou para 105. A partir desse valor e dos dados disponibilizados nas plataformas, foi possível levantar as informações: nome e gênero dos autores e orientadores, universidade de origem, programa de pós graduação, palavras chave, ano de defesa, título dos trabalhos e resumos. Dentre os 105 trabalhos coletados, 3 pesquisas não estão disponíveis virtualmente: a dissertação “Briga de Homens Cheira a Defunto: histórias de vida e violência” defendida em 2002 pelo o autor José Dario Cordoba Posada, oriundo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília de Mello e Souza, a dissertação “Acesso das mulheres à justiça: uma reflexão sobre intervenções educativas com autores de violência doméstica” defendida em 2021 na Universidade Federal de Pelotas pela autora Juliana Lazzaretti Segat e orientada pelo Prof. Dr. Valmôr Scott Jr e, finalmente, a dissertação da Maria de Fátima Cristina Poças Amorim Casa Nova defendida em 2002 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Krieger Grossi, intitulada “Atendimento a Homens Autores de Violência Conjugal: um desafio do mundo contemporâneo”. Devido à ausência dos trabalhos nas plataformas de pesquisa, recorreu-se aos repositórios das próprias universidades, todavia, até o fechamento do banco de dados, ou seja, 14 de março de 2022, os trabalhos não foram localizados. Desse modo, não foi possível coletar informações relevantes, como o resumo das

dissertações e, com isso, os três trabalhos foram retirados do banco final, devido aos dados incompletos e inacessíveis.

Após as informações transcorridas, o banco final de análise totalizou 102 trabalhos, sendo 81 dissertações e 21 teses. Foram coletados manualmente em uma planilha do Excel alguns dados: nome do autor(a), gênero do autor(a), nome do orientador(a), gênero do (a) orientador(a), universidade, região, país, programa, área de concentração, palavras-chave, ano de defesa, título do trabalho, tipo de trabalho e resumo. A segunda parte da análise dedicou-se em reunir todos os 102 resumos e exportá-los no Software NVivo 1.5, com a pretensão de identificar características mais detalhadas dos trabalhos. Nesse sentido, foi desenhado um roteiro para leitura dos resumos dos trabalhos, conforme consta abaixo:

**QUADRO II - CODIFICAÇÕES NVivo 1.5**

<b>CÓDIGOS</b>	<b>SUBCÓDIGOS</b>
I) LOCUS DE ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Administradores do Estado (funcionários públicos, agentes estatais e etc);</li> <li>b) CREAS, CRM e/ou algum Centro de Referência Público;</li> <li>c) Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher;</li> <li>d) Grupo Reflexivo de Gênero;</li> <li>e) Judiciário;</li> <li>f) Notícias;</li> <li>g) ONG's;</li> <li>h) Penitenciária;</li> <li>i) SUS;</li> <li>j) Documental.</li> </ul>
II) CONCEITO DE VIOLÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Violência conjugal;</li> <li>b) Violência contra mulher;</li> <li>c) Violência contra parceiro;</li> <li>d) Violência de gênero;</li> <li>e) Violência doméstica;</li> <li>f) Violência doméstica e familiar;</li> <li>g) Violência intrafamiliar contra mulher.</li> </ul>

III) OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Atuação dos profissionais;</li> <li>b) Efetividade das Políticas Públicas do Estado;</li> <li>c) Relação do álcool com a violência;</li> <li>d) Relação da religião com a violência;</li> <li>e) Análise da produção acadêmica;</li> <li>f) Análise discursiva dos homens autores de violência;</li> <li>g) Análise perfil dos homens autores de violência;</li> <li>h) Análise masculinidades e violência.</li> </ul>
IV) OBJETO DE ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Autores de violência;</li> <li>b) Estado;</li> <li>c) Produção acadêmica;</li> <li>d) Profissionais;</li> <li>e) Não contabilizados - mulheres;</li> <li>f) Não contabilizados - outros.</li> </ul>

As 4 categorias<sup>3</sup> foram pensadas antes da leitura dos resumos, visto que perpassa o objetivo da presente pesquisa, ou seja, de procurar entender como os trabalhos sobre homens autores de violência contra as mulheres se constituem na academia. No entanto, os subcódigos foram refletidos a partir da leitura dos resumos e, conseqüentemente, foram sendo desenvolvidos e formalizados no próprio processo.

Finalmente, é possível observar que na quarta categoria existem duas subcategorias nomeadas “não contabilizados - mulheres” e “não contabilizados - outros”. Ambas foram dedicadas para aqueles trabalhos que, embora contem com as palavras chaves utilizadas no momento da busca nas plataformas mencionadas, não trabalham com autores de violência contra mulheres. Em “não contabilizados - mulheres” consideraram-se aquelas pesquisas que se dedicam exclusivamente às mulheres vítimas de violência, sem quaisquer indícios de abordagem ou reflexão sobre os autores. Por se tratar de um número significativo de pesquisas dentro desse perfil (10 trabalhos), foi pensado um código exclusivo para esse objeto. Em “não contabilizados-outros” foram submetidas as pesquisas com diferentes abordagens: jovens infratores, autores de violência sexual e autores de violência sexual contra crianças e

---

<sup>3</sup> Inicialmente foi considerada uma quinta categoria que buscava a metodologia utilizada nos trabalhos, o que foi descartado no processo da pesquisa, tendo em vista que se demonstrou muito dificultoso ao longo da leitura dos resumos identificar o método utilizado pelos autores, em razão que muitos não indicam as suas escolhas metodológicas no corpo do texto, o que exigiria a leitura de uma amostra dos trabalhos completos. Embora os dados sejam de difícil apreensão, sem dúvidas, seriam achados extremamente importantes para compreender como esses trabalhos estão sendo produzidos. Contudo, a pista que conseguimos mapear é que o resumo não é um locus propício para esse tipo de análise metodológica.



adolescentes. Foram 9 trabalhos que contemplam esse subcódigo, totalizando 19 trabalhos excluídos da análise do NVivo.

A partir da identificação dessas 19 pesquisas que não correspondem ao perfil do presente trabalho, o banco de dados final encerrou-se com 83 trabalhos, entre dissertações e teses. Desse modo, diante dos dados levantados, das categorias de análise desenvolvidas no Excel e dos códigos edificadas no NVivo, foi possível traçar o perfil dos pesquisadores e dos orientadores, as regiões do Brasil que existe a predominância de pesquisas com homens autores de violência e, por fim, dados mais específicos codificados no Software. Diante disso, no próximo tópico discorreremos sobre achados do levantamento.

#### 4.1. Análise dos Dados no Excel

A partir dos 83 trabalhos contabilizados ao final, a primeira parte da investigação dedicou-se a delimitar o perfil das pesquisas, analisando as pessoas, o lugar e os orientadores dessas produções. Desse modo, neste momento, o estudo limita-se aos dados fornecidos pela planilha Excel. A importância de buscar esse tipo de dado se dá, sobretudo, em compreender o tipo de pesquisador que vem se alinhando à temática e, além disso, as regiões no Brasil que têm se dedicado para compreender esse aspecto da violência contra mulheres.

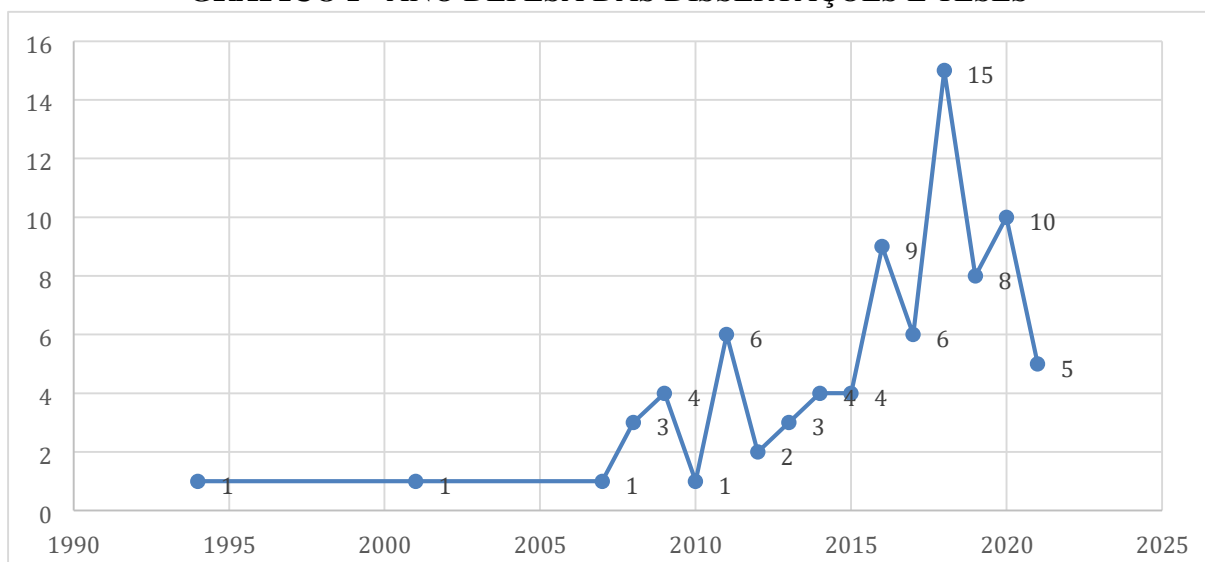
Com o material coletado, identifica-se a predominância de mulheres na produção acadêmica, tendo em vista que representam a maior parte dos trabalhos. Entre as 83 dissertações e teses, 55 delas foram feitas e 63 foram orientadas por mulheres, ou seja, 75,9% das mulheres orientam e 66,2% produzem esses trabalhos. Esses dados indicam que embora o tema trate da narrativa dos homens autores de violência, ainda são as mulheres que procuram abordar esse tipo de material acadêmico.

Com relação às áreas de concentração do material coletado, é possível identificar três linhas: saúde, ciências humanas e linguagens. Para efetuar a contabilização, foi considerado o programa de pós-graduação que os trabalhos estavam vinculados, informação disponibilizada nas plataformas mencionadas anteriormente. A área que se destaca no rendimento de pesquisas é a da saúde, somando 43 trabalhos, nos cursos de psicologia, seguida por saúde coletiva e enfermagem. Em segundo lugar, segue o campo das ciências humanas, as quais foram consideradas pesquisas dos programas de direito, sociologia, antropologia, ciência política, história, políticas públicas e serviço social. Dos 39 trabalhos que compõem esta categoria, 11 estão a cargo das ciências jurídicas e sociais, seguido pelas áreas da sociologia, antropologia e

políticas públicas. No que tange à área da linguagem, foi contabilizado apenas 1 trabalho, uma tese intitulada “-Mas tem gente que não entende assim.” //”-É. É por isso que a gente tá aqui.”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades” de autoria da Dr<sup>a</sup>. Vanessa Arlésia de Souza Ferretti Soares e orientada pelo Dr. Prof. Adair Bonini, na Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 2018.

Um achado relevante é que 67 dos trabalhos pontuados foram gerados em universidades federais ou estaduais, ou seja, em universidades públicas e apenas 16 trabalhos foram produzidos no âmbito privado. No que tange aos anos de defesa dos trabalhos, o primeiro registro é da dissertação defendida em 1994 nomeada “Estudo psico-social de homens agressores de mulheres notificados na delegacia da mulher de Campinas - SP” desenvolvido pela a autora Deise Maria Beissman e orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Mara Aparecida Alves Cabral, realizado na Universidade Estadual de Campinas, vinculado ao programa de saúde mental. Posteriormente, o próximo registro é apenas em 2001, 7 anos depois da primeira pesquisa com homens, oriunda da Universidade Federal do Rio de Janeiro, novamente dedicada à área da saúde. O próximo trabalho, novamente, tem um espaço de tempo significativo, sendo defendido apenas em 2007, no programa de Sociologia e Antropologia da UFRJ. O objeto de análise passou a ser mais frequente a partir de 2007, bem como a diversidade do campo que apostou em estudar o objeto, todavia, os números prosseguem baixos, conforme é indicado na figura abaixo:

**GRÁFICO I - ANO DEFESA DAS DISSERTAÇÕES E TESES**



Fonte: elaborado pela autora e orientadora, 2022.

É importante recordar que a Lei Maria da Penha foi promulgada em 2006 e, ao observar os números de trabalhos entre 1994 e 2021, observamos que a elevação é mais evidente em 2011 e, posteriormente, apenas em 2016, tendo como pico da produção o ano de 2018. Conforme frisado anteriormente, houve a Lei complementar nº 150 de 2015, que amplia o reconhecimento da aplicação da Lei 11.340/2006, bem como passa a discutir a violência a partir da ideia de gênero, embora a “violência contra a mulher” ainda apareça como um limitador:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Além da alteração da redação da mesma lei, proporcionada pela Lei nº 13.772/2018, que revisita os tipos de violências reconhecidas:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

Ocorreu também a publicação da Lei 13. 104/2015, que reconhece o feminicídio como um qualificador do crime de homicídio e o inclui na listagem de crimes hediondos,

identificados no art. 1º da Lei 8.072/1990. E, também, a Lei 13.984/2020 que adiciona os incisos VI e VII no art. 22º da Lei 11.340/2006, onde prevê:

Art. 22. ....  
.....  
VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.  
.....

Além dos artigos frisados para tentar compreender a densidade das produções ao decorrer dos anos, é importante citar os artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha, que preveem centros e programas para os agressores:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: (Vide Lei nº 14.316, de 2022)

- I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
- II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
- III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. ....

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.” (NR)

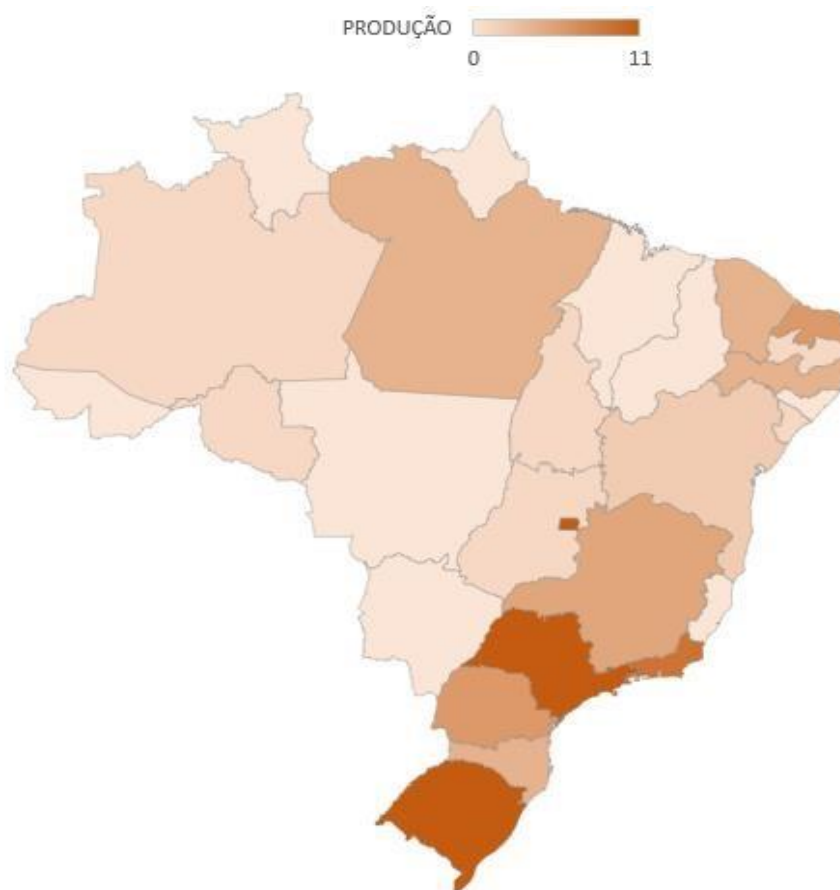
Desse modo, levando em consideração o período de grandes alterações legais no campo jurídico, podemos sugerir que os fatos podem ter influenciado o imaginário acadêmico, incentivado o olhar em torno dos autores de violência contra mulheres. Essas proposições legais incentivaram tiveram reflexos relevantes, como a Campanha Laço Branco de 2001<sup>4</sup>, o Instituto Noos, a ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e o próprio Poder Judiciário, com a inserção dos Grupos Reflexivos de Gênero, por exemplo.

---

<sup>4</sup> Ver mais em: <<https://blogueirasfeministas.com/2011/12/06/um-laco-branco-pela-nao-violencia-a-mulher/>> e <<http://lacobrancobrasil.blogspot.com/p/blog-page.html>>. Acesso em 29 de abr. de 2022.

Por fim, o último achado dessa primeira parte analítica identificou a discrepância de distribuição da produção intelectual pelo território brasileiro. A região do país que encabeça com o maior número de dissertações e teses é a sudeste com 25 trabalhos já produzidos e, em sequência, a região sul, com 21. Lembrando, ainda, conforme já mencionado, foi na região sudeste que partiram os primeiros estudos sobre autores de violência contra mulheres. Os dados destoam quando passam a ser comparados com as demais regiões, sendo respectivamente: nordeste concentra 17 trabalhos, centro-oeste 12 e norte apenas 8. Esses números são preocupantes visto que as regiões que comportam o maior número de estados, como nordeste e norte, não contam com um acervo significativo de material. A partir do levantamento, foi possível gerar o mapa abaixo, em que é traçada pela intensidade da cor os estados com maior número de produção acadêmica sobre o tema abordado:

**GRÁFICO II - MAPA DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA POR ESTADOS**



Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A partir do que o mapa indica, as federações que lideram atualmente a produção de pesquisas com autores de violência são: Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul, os

três igualmente com 11 pesquisas, entre dissertações e teses. Os resultados são preocupantes, levando em consideração que existem mais de 9 estados brasileiros que até o presente momento não produziram nenhum conteúdo na direção dos autores de violência. Além disso, existem mais 9 estados onde o nível de produção é extremamente baixo, somando apenas 1 estudo. Isso resulta em regiões com um número extenso de estados, com baixa densidade de pesquisas e sem pistas de visibilidade para esses indivíduos. Cabe frisar, ainda, que segundo o Atlas da Violência de 2021 (IPEA, 2021, p. 36) os 10 estados com maior incidência de morte de mulheres estão localizados na região do nordeste e norte do Brasil, o que só demonstra a urgência da abordagem dos estudos acadêmicos no território. No anexo II é possível identificar a ficha completa dos estados e sua respectiva taxa de produção acadêmica.

#### 4.2. Análise qualitativa da produção acadêmica sobre homens autores de violência

Conforme transcrito anteriormente, a segunda fase se debruçou na análise dos dados coletados no Software NVivo 1.5, a partir da leitura dos resumos recolhidos dos trabalhos selecionados e da constituição de códigos e subcódigos, para efetuar a investigação do acervo. No primeiro momento, a partir da leitura, 19 trabalhos fora do escopo traçado na presente pesquisa e diminuiu o banco total de 102 dissertações e teses para 83 produções acadêmicas. Nesse sentido, os achados que serão apresentados a seguir, terão como base os mesmos trabalhos apresentados anteriormente na análise do Excel, sendo 83 resumos, entre teses e dissertações.

No primeiro código estabelecido, foi qualificado o locus de análise que as teses e dissertações utilizaram, foi possível identificar uma predominância de estudos sobre os Grupos Reflexivos de Gênero, aqueles inseridos na esfera de organizações não governamentais e do próprio Poder Judiciário. Em segundo lugar, aparecem os trabalhos concentrados no próprio Judiciário<sup>5</sup> e, em terceiro, se igualam as pesquisas que se concentram em análise documental e administradores do Estado, como funcionários públicos, por exemplo. A partir da leitura, podemos apontar que, mesmo aqueles trabalhos que não tinham como campo os Grupos Reflexivos de Gênero, ainda mencionaram indiretamente os respectivos. No caso da análise de administradores do Estado, grande parte referia-se aos funcionários que compõem os grupos, como psicólogos e servidores públicos. Outros locus foram acionados nas pesquisas, tais como:

---

<sup>5</sup>Aqui foram enquadradas pesquisas que entrevistaram autores de processos penais no âmbito do Poder Judiciário e analisaram processos judiciais.

Centro de Referências de Mulheres, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, ONG 's, notícias, penitenciárias e SUS.

Partindo de um dos objetivos traçados em compreender como as pesquisas vêm sendo construídas, os códigos objetivo e objeto procuraram sanar este questionamento. Em relação aos objetos de estudo, dos 83 trabalhos analisados, 60 estudos se dedicaram exclusivamente aos autores de violência contra as mulheres e, conforme é possível visualizar nos objetivos predominantes, a grande parte dedicou-se em analisar os discursos dos homens autores de violência e o perfil dos homens autores de violência. Desse modo, a partir dos dados coletados, é viável indicar que a maior parte das pesquisas tem se dedicado a compreender um pouco da realidade desses homens, a partir da narrativa disponibilizada pelos mesmos e, além disso, que o espaço utilizado para concluir este fim são os Grupos Reflexivos de Gênero.

Os demais objetos de análise seguiram sendo o próprio Estado, os profissionais que trabalham com homens autores de violência e as produções acadêmicas. No que diz respeito aos objetivos, para além dos dois citados, os demais que se destacaram na leitura é a efetividade das políticas públicas pensadas aos homens de violência contra as mulheres. Conversando com os objetos das pesquisas, os demais objetivos buscaram visualizar a atuação dos profissionais junto aos autores de violência e as produções acadêmicas do campo. Houve outros objetivos secundários e em pouco número, mas que mostraram potencial para uma nova agenda de pesquisas: a relação do álcool com autores de violência, a relação da religião para a reeducação de homens autores de violência contra as mulheres e, finalmente, a questão das masculinidades em contexto de violência.

Por fim, um achado relevante é semelhante ao ponto levantado por Nothaft (2016), ou seja, o uso ambíguo do conceito de violência. Nenhum dos resumos se aprofundou teoricamente na terminologia utilizada ou, ao menos, em contextualizar e justificar o uso da noção violência empregada. O conceito que se destacou nos trabalhos foi “violência contra a mulher” com 29 trabalhos, seguidos por “violência doméstica” com 17 estudos. Em terceiro lugar, dois termos se equivalem com 11 trabalhos, sendo respectivamente “violência doméstica e familiar” e “violência de gênero”. Outros conceitos foram operados como “violência conjugal”, “violência contra parceiros” e “violência intrafamiliar contra a mulher” mas com menor frequência. O que o uso impreciso, no que tange ao imaginário da violência, se torna evidente, tendo em vista que apenas nos resumos é possível localizar mais de um conceito utilizado nos textos. Finalmente, abaixo, está nuvem de palavras produzida a partir dos resumos projetados:





## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de conclusão buscou realizar um levantamento sobre as produções acadêmicas, concentrando-se em dissertações e teses, com pesquisas que trouxessem no seu escopo de análise os autores de violência contra mulher. Para tal, buscou contextualizar a temática na sociologia e nos estudos de gênero, percorrendo algumas revisões recentes sobre estudos sobre masculinidades. Para coleta do material, foi utilizada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e a plataforma Sucupira da CAPES, mapeando os dados a partir das palavras-chave “homens agressores”, “homens autores de violência doméstica”, “autores de violência doméstica” e “homens autores de violência”, o que totalizou 83 trabalhos para análise. Além da construção de categorias de análise no Excel, os resumos das dissertações e teses foram objeto de sistematização por meio do software NVivo.

Com o caminho percorrido, foi possível atingir resultados expressivos e reflexões sobre características do campo que vem se desenvolvendo no Brasil. Para tornar os achados claros e objetivos, é importante subtrair em duas partes: i) perfil dos pesquisadores e pesquisas ii) a forma que as pesquisas estão sendo desenvolvidas. No primeiro tópico, é vultoso traçar por quem e onde estão nascendo esses trabalhos, para que possamos gerar uma agenda de trabalhos potente e relevante academicamente e socialmente. A partir do que foi categorizado, é evidente o número elevado de mulheres no campo, seja como autoras ou como orientadoras desses temas. Com esse dado, é possível indicar que mesmo quando os homens são o foco central das pesquisas, as mulheres ainda são as mais interessadas no campo de estudo.

A discrepância dos dados também nos surpreende quando analisamos a região em que esses trabalhos estão sendo concebidos. Em regiões com maior número de federações, como norte e nordeste, o número de trabalhos parece não sanar a demanda que a região solicita. Já regiões como a Sul e Sudeste, que são compostas por poucos estados, são as principais produtoras desse tipo de estudo. Paradoxalmente, as regiões que mostram maior escassez de estudos, estão entre os topos dos índices de violência contra as mulheres, o que só demonstra a urgência de que mais estudos sejam desenvolvidos nesses locais, sob a tentativa em compreender as construções locais de masculinidades que subjazem as manifestações de violência contra as mulheres. Um terceiro achado interessante é que, a partir da leitura dos resumos, aparentemente nenhum trabalho se propôs a mobilizar questões relacionadas a gênero, como os marcadores sociais dos autores de violência. Nesse sentido, a ideia de propor um capítulo que abordasse a interseccionalidade neste trabalho se conclusão se dá, sobretudo,

no entusiasmo de incentivar um olhar que visualize o debate de classe e raça de modo inerente a gênero.

Ainda, entre as dissertações e teses analisadas, a grande maioria está concentrada na área de conhecimento da saúde e das ciências humanas. Independente da linha de pesquisa, os Grupos Reflexivos de Gênero foram um dos principais campos para acessar os homens infratores. Esses achados refletem em uma estruturação tanto do sistema de justiça quanto de ONGs, mas também dão abertura para questionamentos, como carência de determinados temas ou até mesmo formas de pesquisa que parecem interessantes para a abordagem dos homens autores de violência.

O trabalho tem êxito ao descrever o perfil dos autores e orientadores, bem como ponderar características dessas produções, no sentido de elucidar urgências existentes. É correto afirmar, ainda, que diante do que foi localizado no banco de dissertações e teses, sobre a importância em refletir sobre pesquisas dessa temática em algumas localidades do Brasil. Destacamos, com isso, a necessidade de políticas e incentivos às pesquisas dessa natureza por meio de editais específicos que ajudem a compreender melhor esses contextos. Para uma futura agenda de pesquisas, é indubitável refletir sobre novos temas no campo e novos meios de acessos aos homens autores, para discorrer sobre os temas das violências, gêneros e masculinidades no contexto latino-americano. Ainda, os Grupos Reflexivos de Gênero, o Judiciário como fomentador de políticas públicas a partir dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, entrevistas com homens autores de violência contra as mulheres e demais correlatos, parecem campos promissores e que devem continuar a serem explorados.

Finalmente, quando Simone Beauvoir diz que não se nasce mulher, torna-se, acredito que os homens sofrem o mesmo processo de construção social. Existem normativas, regras, um norte baseado no seu órgão sexual. Essas leis são reproduzidas no núcleo familiar, reproduzidas na educação, política e economia, como Scott (1995) entende que se perpetua a noção de gênero na sociedade. Desse modo, é urgente intensificar os estudos sobre masculinidades e violência, tendo em vista que sua singularidade perpassa inúmeras vivências dos homens: estudos de crianças e jovens, educação, LGBTfobia e violência contra mulheres. O próprio “tornar-se” homem é, obviamente, uma questão de gênero também e a perspectiva de gênero relacional deve auxiliar no campo de estudo sobre esse fenômeno.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Luiz Henrique Machado de. Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Lei Complementar n. 150, de 1º de junho de 2015. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. Lei n. 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13772.htm)>. Acesso em: 23 abr. 2022.

BARROS, B. W.; PAMPLONA, R. S. As masculinidades à brasileira: um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 95, p. 1-20, 2021.

CARVALHO, D; GONSALVES, K. C. PERSPECTIVA SUL-SUL: UM DEBATE SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO. Revista Todavía, Porto Alegre, v. 7, n. 1, ed. 8, p. 151-169, dez/2020.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 23 de abr. 2022.

CONNELL, Raewyan. PEARSE, Rebecca. "Gênero: Uma perspectiva global". São Paulo, Editora NVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. "Gênero em termos reais". São Paulo, Editora NVersos, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Florianópolis: Estudos feministas, ano 10, 2002.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

FACHINETTO, Rochele Fellini. "Quando eles as matam e quando elas matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri". Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS, Porto Alegre/RS, 2012.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARQUES, Cristiane Gomes. Homens "autores de violência conjugal": modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NOTHAFT. Raíssa Jeanine. Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006 - 2015). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. “O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019.

PAZO, Concepción Gandara. Novos frascos, velhas fragrâncias: a institucionalização da Lei Maria da Penha em uma cidade fluminense. 2013. 268f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SAFFIOTI. Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, p. 115-136, 2001.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e Conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício. Violência e Cidadania. Práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade, v.1S, n.2, jul./dez.1990, 1995.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. Revista brasileira de Ciências Sociais [online]. 2001, vol.16, n.45, pp. 145-164.

## ANEXOS

### ANEXO I - TABELA DE TRABALHOS COLETADOS

<b>Nº</b>	<b>AUTORES</b>	<b>TÍTULO TRABALHO</b>	<b>UNIVERSIDADE</b>	<b>ANO DEFESA</b>
<b>D. 1</b>	ALESSANDRA CARLA SANTOS DE ASCONCELOS CHAVES	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A VERSÃO DA MÍDIA IMPRESSA PARAENSE E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A ENFERMAGEM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2013
<b>D. 2</b>	ALVARO KALIX FERRO	O PROJETO ABRAÇO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: RELEVÂNCIA DE UM OLHAR SOBRE O AGRESSOR PARA A DESCONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	2019
<b>D. 3</b>	ANA LUIZA CASASANTA GARCIA	REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA, ÉTICA E MORALIDADE DA AÇÃO VIOLENTA EM NARRATIVAS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2018
<b>D. 4</b>	ANDERSON EDUARDO CARVALHO DE OLIVEIRA	A EXPERIÊNCIA ESTATAL BRASILEIRA NO ATENDIMENTO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2012
<b>D. 5</b>	ANDREA DE ARAUJO COSTA	LEI MARIA DA PENHA: UMA ABORDAGEM SOBRE OS PROGRAMAS DE REEDUCAÇÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER COMO POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINserÇÃO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	2021

<b>D. 6</b>	ANDREY FERREIRA DA SILVA	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, HOMENS, ENFERMAGEM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2016
<b>D. 7</b>	ANITA CUNHA MONTEIRO	AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE UM GRUPO DE REFLEXÃO NO PARANOÁ/DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2014
<b>D. 8</b>	ANNA BEATRIZ ALVES LOPES	A VIVÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2018
<b>D. 9</b>	ANNA RENATA PINTO DE LEMOS CORDEIRO	ENTRE PUNIÇÃO, PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA: REPERTÓRIOS E JOGOS DE POSICIONAMENTO DE PROFISSIONAIS SOBRE HOMENS NA REDE DE ATENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM RECIFE-PE.	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2008
<b>D. 10</b>	BRUNO BORBA LINS BICA SCHMIDT	OS CICLOS DE VIOLÊNCIA E ALCOOLISMO NA CONJUGALIDADE: CONSTRUÇÕES SUBJETIVAS DOS HOMENS AGRESSORES E ALCOOLISTAS.	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2011
<b>D. 11</b>	CLAUDIA MARIA POLETI OSHIRO	VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO EM RELAÇÕES FAMILIARES VIOLENTAS A PARTIR DE MULHERES ACOLHIDAS NAS CASAS ABRIGO REGIONAL GRANDE ABC E DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	2017

<b>D. 12</b>	CRISTIANE GOMES MARQUES	HOMENS "AUTORES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL": MODERNIDADE E TRADIÇÃO NA EXPERIÊNCIA DE UM GRUPO DE REFLEXÃO.	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2007
<b>D. 13</b>	DANIEL CARDOSO DA COSTA LIMA	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2008
<b>D. 14</b>	DANIEL FAUTH WASHINGTON MARTINS	DESARMANDO MASCULINIDADES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EXPERIÊNCIA DOS GRUPOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO ESTADO DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	2020
<b>D. 15</b>	DEISE MARIA BEISSMAN	ESTUDO PSICO-SOCIAL DE HOMENS AGRESSORES DE MULHERES NOTIFICADOS NA DELEGACIA DA MULHER DE CAMPINAS - SP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	1994
<b>D. 16</b>	DUILIA SEDRES CARVALHO LEMOS	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS REFLEXIVOS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2020
<b>D. 17</b>	EDÉLVIO LEONARDO LEANDRO	DE AGRESSOR A DEPENDENTE: A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÀLCOOL E OUTRAS DROGAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2009
<b>D. 18</b>	EDNA MIRTES DOS SANTOS GRANJA	ENTRE CRIMES E CASTIGOS: MATRIZ DE (IM)POSSIBILIDADES NA ATENÇÃO INTEGRAL AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2008



<b>D. 19</b>	ELIAS PEREIRA DE SOUSA	NÚCLEO DE REFLEXÃO E RESSOCIALIZAÇÃO PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PONTE PARA EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO À MULHER	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	2018
<b>D. 20</b>	ELISIANE MEDEIROS CHAVES	“[...] EU QUEBREI A PAU, CHUTEI, ARROXEI OS DOIS OLHOS, EU GOSTAVA TANTO DELA, NÃO ERA PRA TER FEITO AQUILO COMIGO”: NARRATIVAS DE RÉUS JULGADOS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA COMARCA DE PELOTAS-RS (2011-2018)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	2018
<b>D. 21</b>	FABIOLA LEANDRA BARBOSA CORDEIRO RAYBOLT	PERCEPÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA ENTRE PARCEIROS ÍNTIMOS: PESQUISA QUALITATIVA COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS	2018
<b>D. 22</b>	FLÁVIA GOTELIP CORREA VELOSO	PROGRAMA DE ATENÇÃO A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: POSSIBILIDADES A PARTIR DA VIVÊNCIA DE CASAIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011
<b>D. 23</b>	GUTIERREZ ALVES LOBO	“QUEM COME DO MEU PIRÃO, APANHA DO MEU CINTURÃO”: UM ESTUDO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	2019
<b>D. 24</b>	ISABELA VENTUROZA DE OLIVEIRA	"HOMEM É HOMEM": NARRATIVAS SOBRE GÊNERO E VIOLÊNCIA EM UM GRUPO REFLEXIVO COM HOMENS DENUNCIADOS POR CRIMES DA LEI MARIA DA PENHA	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2016

<b>D. 25</b>	JASMINE MONTEIRO	VIOLÊNCIA DE GÊNERO E TRANSGERACIONALIDADE: VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA INFÂNCIA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	2020
<b>D. 26</b>	JOAO PAULO BERNARDES GONCALVES	AS INTERVENÇÕES COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES ANTE SUAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS: AS EXPERIÊNCIAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015
<b>D. 27</b>	JULIANA DE OLIVEIRA	ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RETRATO DE UM SERVIÇO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	2018
<b>D. 28</b>	JULLIANE QUEVEDO DE MOURA	CRENÇAS E CARACTERIZAÇÃO PSICOSSOCIAL DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	2019
<b>D. 29</b>	KAMILA BALDINO GONCALVES	RELACIONAMENTO AMOROSO: PERSPECTIVAS DE HOMENS ACUSADOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	2019
<b>D. 30</b>	KEVIN SAMUEL ALVES BATISTA	MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIAS E METAMORFOSES NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2018

<b>D. 31</b>	KLARIENE ANDRIELLY GIRALDI	PERSPECTIVAS FEMINISTAS E DE MASCULINIDADES: O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA DESCONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	2016
<b>D. 32</b>	LIA GONDIM ARAUJO	MONITORAMENTO ELETRÔNICO NOS HOMENS AGRESSORES, EM FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA, COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	2017
<b>D. 33</b>	LILIANY SILVA SOUZA	ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL A HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA A PARTIR DA PERSPECTIVA CRÍTICA FEMINISTA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2020
<b>D. 34</b>	LUÍSA ESCHER FURTADO	PASSOS E ESPAÇOS: VIOLÊNCIA CONJUGAL E INGESTÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2010
<b>D. 35</b>	LUIZ HENRIQUE MACHADO DE AGUIAR	GÊNERO E MASCULINIDADES: FOLLOW-UP DE UMA INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2009
<b>D. 36</b>	MARCIA ELAINE DIAS PINHEIRO DE AZEVEDO	REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA A PARTIR DE UM OLHAR EMPÍRICO PARA O GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM - PETRÓPOLIS/RJ	UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS	2020

<b>D. 37</b>	MARCIO DE CARVALHO SAMPAIO	VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E OS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NO AMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	2014
<b>D. 38</b>	MARCO ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO	DESAPRENDENDO O SILÊNCIO: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA A MULHER	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2001
<b>D. 39</b>	MARCOS SILVA DOS SANTOS	FATORES ASSOCIADOS À IMPULSIVIDADE E AO USO DE DROGAS ENTRE HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO NO ESTADO DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2017
<b>D. 40</b>	MARIA ANTONIA DE FARIA	PROJETO MULHER LEGAL: UM OLHAR SOBRE OS GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	2020
<b>D. 41</b>	MARIA DO SOCORRO BARROS MORAES	HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA CONJUGAL: CARACTERIZAÇÃO BIOPSISSOCIAL E A RELAÇÃO COM A VÍTIMA, O TIPO DE AGRESSÃO PRATICADA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	2017

<b>D. 42</b>	MARIA HELENA DE MEDEIROS LEITE	REEDUCAR PARA NÃO REINCIDIR: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA NO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE MOSSORÓ-RN	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	2017
<b>D. 43</b>	MILENA DO CARMO CUNHA DOS SANTOS	EU SER UM HOMEM FEMININO NÃO FERE MEU LADO MASCULINO: PERCEPÇÕES E SOCIALIZAÇÕES NOS GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO PARA HOMENS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2012
<b>D. 44</b>	NEREYDA CARDOSO MUNIZ DE OLIVEIRA SANTOS	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER NA CIDADE DE MANAUS NO CONTEXTO DA LEI MARIA DA PENHA	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	2011
<b>D. 45</b>	PALOMA SILVA SILVEIRA	CONJUGALIDADE E AFETIVIDADE NAS NARRATIVAS DE HOMENS DENUNCIADOS POR VIOLÊNCIA CONJUGAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	2009
<b>D. 46</b>	PATRICIA SOUZA BRAGA	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA E A EXPERIÊNCIA DE APRENDER A NARRAR-SE EM UM CURRÍCULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019
<b>D. 47</b>	PRISCILA JANDREY BRASCO	MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA CONJUGAL	FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	2018
<b>D. 48</b>	PRISCILA VIEIRA FERREIRA	CUMPRIMENTO DE PENA E RESSOCIALIZAÇÃO: NOVOS CAMINHOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2020

<b>D. 49</b>	RAISSA JEANINE NOTHAFT	INTERVENÇÕES COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL (2006- 2015)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	2016
<b>D. 50</b>	RAQUEL GAGLIOTTI COPPOLA AULER	A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: ALCANCES E DESAFIOS	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	2020
<b>D. 51</b>	RENATA BRAZ DAS NEVES CARDOSO	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA PARCEIROS ÍNTIMOS: ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2016
<b>D. 52</b>	RICARDO BORTOLI	O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SI NA NARRATIVA DE HOMENS AUTORES DE AGRESSÕES NOS CONTEXTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	2013
<b>D. 53</b>	RICARDO LUSTOSA PIERRE	SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DOS SEUS ARRANJOS INSTITUCIONAIS	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	2021
<b>D. 54</b>	SANDRA REGINA MERLO	A LEI MARIA DA PENHA E A IMPREScindIBILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	2014
<b>D. 55</b>	SUZANA CATANIO DOS SANTOS NARDI	AGRESSOR CONJUGAL: UMA COMPREENSÃO PSICANALÍTICA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	2011

<b>D. 56</b>	TAIS BARCELLOS DE PELLEGRINI	A (DES)ATENÇÃO AOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE UM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS	2009
<b>D. 57</b>	TALES FURTADO MISTURA	VIVÊNCIA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM GRUPO REFLEXIVO: MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS PRESENTES	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2015
<b>D. 58</b>	TAYANA ROBERTA MUNIZ CALDONAZZO	POTENCIALIDADES DOS GRUPOS REFLEXIVOS BRASILEIROS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA DESCONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	2020
<b>D. 59</b>	TAYSA CAVALCANTE RODRIGUES	VIOLÊNCIA MASCULINA: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES NOS ANOS DE 2006 A 2018	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	2021
<b>D. 60</b>	VAENA CAROLINE MARTINS RIBEIRO	O QUE ELES DIZEM? A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DO DISCURSO DOS HOMENS AGRESSORES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	2017
<b>D. 61</b>	VANNUCIA KARLA DE MEDEIROS NÓBREGA	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO COMPORTAMENTO AGRESSIVO DO HOMEM SOB A ÓTICA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2011

<b>D. 62</b>	VICTOR DOS SANTOS VALADARES	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES NO DF: LEVANTAMENTO DO PERFIL, RESPONSABILIZAÇÃO E FATORES ENVOLVIDOS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2021
<b>D. 63</b>	VICTOR HUGO BELARMINO LIMA	PRODUÇÃO DE SENTIDO EM UM GRUPO REFLEXIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2019
<b>D. 64</b>	WELLITON CAIXETA MACIEL	OS MARIA DA PENHA: UMA ETNOGRAFIA DE MECANISMOS DE VIGILANCIA E SUBVERSÃO DE MASCULINIDADES VIOLENTAS EM BELO HORIZONTE	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2014
<b>T. 1</b>	ANDERSON EDUARDO CARVALHO DE OLIVEIRA	PERCEPÇÕES FEMINISTAS SOBRE OS SERVIÇOS DE RESPONSABILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2019
<b>T. 2</b>	ANNE CAROLINE LUZ GRUDTNER DA SILVA	VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO: O ACOMPANHAMENTO AO HOMEM AUTOR DE VIOLÊNCIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2016
<b>T. 3</b>	CARLA DA SILVA	DO “MONSTRO” AO HOMEM: MOTIVOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	2020
<b>T. 4</b>	CECILIA TEIXEIRA SOARES	GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ISSO FUNCIONA?	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2018
<b>T. 5</b>	ELIZABETH GOMEZ ETAYO	NEM ANJOS, NEM DEMÔNIOS: HOMENS COMUNS. NARRATIVAS SOBRE MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	2011



<b>T. 6</b>	ELIZABETH MARIA FLEURY TEIXEIRA	HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO COM PARTICIPANTES DE GRUPOS REFLEXIVOS EM BELO HORIZONTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	2021
<b>T. 7</b>	ERICA VERICIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS	A MASCULINIDADE NO BANCO DOS RÉUS: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO, SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL E A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2018
<b>T. 8</b>	FABRICIO LEMOS GUIMARAES	“ELA NÃO PRECISAVA CHAMAR A POLÍCIA...”: ANESTESIAS RELACIONAIS E DUPLO-VÍNCULOS NA PERSPECTIVA DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONJUGAL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2015
<b>T. 9</b>	GABRIELA QUADROS DE LIMA STENZEL	HISTÓRIA DE VIDA E CARACTERÍSTICAS DE PERSONALIDADE DE AGRESSORES CONJUGAIS: UM OLHAR PSICANALÍTICO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	2015
<b>T. 10</b>	JAMILE SANTANA TELES	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONJUGAL EM ARACAJU, TRAÇOS DE PERSONALIDADE E HABILIDADES SOCIAIS DE HOMENS AGRESSORES	UNIVERSIDADE TIRADENTES	2018
<b>T. 11</b>	JAN STANISLAS JOAQUIM BILLAND	COMO DIALOGAR COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES? ETNOGRAFIA DE UM GRUPO REFLEXIVO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2016
<b>T. 12</b>	JULIANO BECK SCOTT	GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: LIMITES E POTENCIALIDADES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2018

<b>T. 13</b>	LUANA MARCIA DE OLIVEIRA BILLERBECK	SUBJETIVIDADES MASCULINAS – IDENTIDADES DOS HOMENS QUE PRATICARAM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR NO CONTEXTO DO PARANÁ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	2018
<b>T. 14</b>	LUIZ GIBIER DE SOUZA	GRUPOS DE REFLEXÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA EXPERIÊNCIA CLÍNICO-POLÍTICA	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	2019
<b>T. 15</b>	LUIZ HENRIQUE MACHADO DE AGUIAR	INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS E RESPONSABILIZAÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA PARCEIRAS ÍNTIMAS NO DISTRITO FEDERAL DO BRASIL E EM PORTO, PORTUGAL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	2018
<b>T. 16</b>	PAULA LICURSI PRATES	A PENA QUE VALE A PENA: ALCANCES E LIMITES DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2013
<b>T. 17</b>	PAULO VICTOR LEITE LOPES	“HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”: RELAÇÕES DE GÊNERO, FORMAS COTIDIANAS DE GOVERNO E PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE ESTADO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2016
<b>T. 18</b>	ROSANE TERESINHA CARVALHO PORTO	A IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA PARA OS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	2016

<b>T. 19</b>	VANESSA ARLESIA DE SOUZA FERRETTI SOARES	"- MAS TEM GENTE QUE NÃO ENTENDE ASSIM." // "É. É POR ISSO QUE A GENTE TÁ AQUI.": A SESSÃO DE GRUPO SOCIOEDUCATIVO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A (RE)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE MASCULINIDADES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2018
--------------	--	---	---	------

## ANEXO II - TABELA ESTADOS E PRODUÇÃO ACADÊMICA

ESTADO	PRODUÇÃO
Acre	0
Alagoas	0
Amapá	0
Amazonas	1
Bahia	2
Ceará	4
Espírito Santo	0
Goiás	1
Maranhão	0
Mato Grosso	0
Mato Grosso do Sul	0
Minas Gerais	5
Pará	4
Paraíba	1
Paraná	6
Pernambuco	4
Piauí	0
Rio de Janeiro	9
Rio Grande do Norte	6
Rio Grande do Sul	11
Rondônia	1
Roraima	0
Santa Catarina	4

São Paulo	11
Sergipe	1
Tocantins	1
Distrito Federal	11